

BOLETIM DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

DE CONJUNTURA

Número 41 – Dezembro de 2023



Em 2023, Brasil reconstrói capacidade para enfrentar desafios de 2024

O ano de 2023 terminará com resultados acima daqueles esperados no final de 2022. A inflação se mantém dentro da meta prevista e a retração dos preços dos alimentos deu alívio para as famílias brasileiras, principalmente as de baixa renda. O país cresceu e a expectativa é que a variação do Produto Interno Bruto (PIB) seja de 3%, superior às estimativas feitas no início do ano. No mercado de trabalho, a melhora se traduz em empregos com carteira assinada e maior consumo das famílias, também estimulado pelas políticas de transferência de renda. As negociações coletivas registram resultados positivos, com muitas categorias alcançando reajustes acima da inflação, em decorrência da melhora de alguns indicadores.

O governo aprovou a política de valorização do salário mínimo, o novo recadastramento do Bolsa Família, o arcabouço fiscal, que flexibiliza o teto de gastos, o projeto de lei da igualdade salarial entre homens e mulheres, sancionou o piso nacional da enfermagem, lançou o programa de incentivo à negociação de dívidas de pessoas físicas (Desenrola Brasil), a implementação do novo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), entre tantas outras políticas. Várias pautas que interessam à classe trabalhadora retornaram para o centro do debate, como a criação de grupos de trabalho para fortalecer a negociação coletiva e as entidades sindicais, e para avançar na regulamentação do trabalho por aplicativo.

Em 2024, o Brasil enfrentará desafios ainda mais profundos. Ao apostar no crescimento impulsionado pelo investimento do setor público, é necessário transpor debates

importantes, como as taxas de juros muito acima do necessário e a possibilidade de manter as despesas do governo dentro das regras do novo arcabouço fiscal. Também há necessidade de melhorar a qualidade dos empregos gerados, elevar o rendimento do trabalho e criar condições para estimular a indústria brasileira, estagnada nos últimos anos.

Cenário externo e as contas externas brasileiras

Entre os principais compradores dos produtos brasileiros estão China, EUA e Argentina, que passam por dificuldades em 2023: diminuição de crescimento econômico, inflação e endividamento interno e externo, no caso argentino.

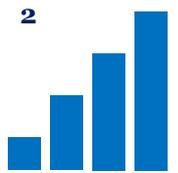
O mundo ainda assiste à guerra da Rússia com a Ucrânia, quadro que tem trazido impactos negativos para o comércio internacional. No caso brasileiro, o confronto afeta principalmente o preço de algumas commodities, como o trigo e o óleo de girassol. Em outubro de 2023, o longo conflito entre Israel e Palestina voltou a se intensificar e poderá afetar o preço internacional do petróleo, a depender dos desdobramentos e se vier a envolver mais países da região.

Para 2024, os países devem seguir com ações para que a inflação doméstica permaneça dentro da meta estabelecida, o que pode consolidar a menor demanda por produtos exportados. A desaceleração do crescimento da China deve também causar impactos nas exportações brasileiras. O resultado da eleição na Argentina, com a vitória de Javier Milei, de extrema direita, pode, de alguma maneira, afetar o comércio no Mercosul e as relações comerciais do país com o Brasil.

Mesmo assim, as exportações brasileiras podem seguir em expansão, impulsionadas pelas *commodities* alimentícias e pelo petróleo cru, que vem ganhando protagonismo na pauta de exportação.

Indicadores econômicos

Para 2023, os institutos de pesquisa projetam crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro de até 3,0%. No 3º trimestre, o PIB já cresceu 0,1% em relação ao trimestre anterior, e, mesmo assim, superou as expectativas dos agentes econômicos que previam redução de até 0,4%. O setor que mais alavancou o resultado foi o dos serviços (0,6% em relação ao trimestre anterior), seguido pela indústria (também 0,6%). Na ótica da demanda,



o consumo das famílias aumentou 1,1% e os gastos do governo subiram 0,5%. Por outro lado, a formação bruta de capital fixo, que indica investimento, diminuiu -2,5%.

Nas contas externas, em que pesem as incertezas internacionais de 2023, as exportações brasileiras se expandiram e devem registrar recordes. Entre janeiro e novembro¹, a balança comercial apresentou superávit de cerca de US\$ 89 bilhões, isto é, crescimento de 56,3% em relação ao saldo do mesmo período em 2022.

A análise do balanço de pagamentos, no entanto, indica que as remessas de lucros, os gastos com serviços, como transportes e seguros, e renda primária (juros, dividendos e salários) fizeram com que o saldo da balança de transações correntes ficasse negativo, cerca de 1,2% do PIB até outubro de 2023, segundo as estatísticas do Banco Central². Na conta financeira, o saldo total foi negativo em US\$ 21,3 bilhões, apesar do ingresso de investimento estrangeiro direto representar cerca de 2,5% do PIB entre janeiro e outubro de 2023.

O resultado negativo do balanço de pagamentos coloca em debate a questão dos juros em relação à taxa de câmbio. Enquanto o diferencial da taxa de juros brasileira e a taxa de juros dos EUA for elevado, o capital financeiro deve seguir entrando no país. Entretanto, a queda gradual da Selic, definida pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) e o aumento dos juros americanos para reduzir a taxa de inflação podem fazer com que esse diferencial diminua. Dessa forma, o capital financeiro deve buscar ganhos nos mercados dos EUA. O problema é que se as contas externas seguirem deficitárias, deve ser necessário manter os juros altos para voltar a atrair capital financeiro e cobrir os déficits do balanço, para que o resultado das contas externas seja positivo - processo conhecido na história econômica brasileira, devido à necessidade de ingresso de capital estrangeiro para cobrir déficits na remessa de rendas - juros, lucros e dividendos, para o exterior.

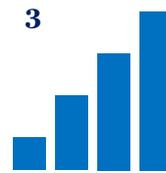
Em contrapartida, o alto patamar da taxa de juros eleva o pagamento de juros da dívida pública e outras taxas, como o crédito imobiliário, além de não debelar a inflação e inibir o

Imagem: Freepik



¹ Atualização realizada em 12/12/2023.

² <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticassetorexterno>, acesso em 12/12/2023.



crescimento do país. A taxa de juros básica diminuiu muito pouco em 2023, e, na contramão de todas as políticas, o Banco Central insiste na redução moderada da Selic em 0,5 ponto percentual a cada reunião do Copom, o que compromete a retomada da economia. Em 2024, talvez o grande desafio econômico do governo vá ser a mudança da política monetária, a fim de fazer com que ela caminhe em consonância com o projeto de crescimento e desenvolvimento, sem prejuízo das contas externas.

Em relação às contas públicas, o governo segue com a promessa de redução do déficit primário em 2024. Para isso, mudanças estruturais estão em curso em 2023. A primeira delas, já aprovada, é o arcabouço fiscal, que garantiu mais flexibilidade aos gastos e tem papel importante na redistribuição de renda, principalmente pelas políticas sociais e de transferência de renda.

Outra medida é a aprovação da reforma tributária, que deve acontecer apenas em 2024 e ser implementada ao longo dos próximos cinco anos, simplificando a arrecadação e modernizando a tributação sobre consumo, mas sem avançar no debate sobre tributação direta, renda e patrimônio, dividendos, lucros e taxaço sobre grandes fortunas, a despeito da aprovação pelo Senado, em 29/11/2023, do projeto de lei 4.173/2023, que alterou o IR para fundos de investimentos e renda obtida no exterior por meio de *offshores*³. Assim, a reforma pode significar apenas a elevação da alíquota do Imposto Sobre Valor Agregado (IVA) Brasileiro, mantendo-a mais alta que a média mundial.

Em 2023, projeta-se déficit primário de R\$ 177,4 bilhões (1,7% do PIB). A receita do governo não cresceu o esperado: no acumulado dos nove primeiros meses de 2023, apresentou queda de R\$ 79,93 bilhões (-4,4%) na comparação com igual período do ano passado, enquanto a receita líquida registrou diminuição de R\$ 55,95 bilhões (-3,8%) em termos reais. Por outro lado, no mesmo período, as despesas subiram 5,2% (R\$ 74,55 bilhões) em termos reais em relação a igual período de 2022. No mesmo intervalo, o déficit primário foi de R\$ 93,38 bilhões, segundo dados do Relatório do Tesouro Nacional.

No Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2024, projeta-se, para o próximo ano, aumento real acima de 5% para a receita líquida total; e para 2025 e 2026, de 3,6% e 3,4%, respectivamente. Os resultados, porém, dependem muito do crescimento da economia, da

³ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/11/29/aprovada-tributacao-de-fundos-exclusivos-e-offshores-texto-vai-a-sancao>

redução das desonerações e da reforma tributária. O compromisso de déficit zero é difícil de ser atingido, embora essa meta ainda não tenha sido abandonada pelo governo. A estimativa hoje é que o indicador oscile entre -0,75% e -1%, resultado necessário para que os investimentos e gastos ocorram para estimular o desempenho econômico do país.

Inflação



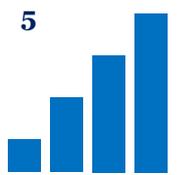
A inflação em 2023 deve terminar dentro da meta estabelecida⁴. Até novembro, a taxa acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA-IBGE), foi de 4,04%. Os elementos que pressionaram os preços foram controlados. A mudança na política da Petrobras, no início

do ano, que desvinculou os preços internos das oscilações internacionais, deu um alívio aos consumidores internos, que começaram a pagar menos pelos combustíveis, e diminuiu o impacto nos custos de distribuição dos alimentos. Enquanto etanol (-7,11%) e diesel (-6,0%) acumularam quedas, a gasolina teve alta de 12,47% em 2023, segundo o IPCA.

Em 2023, a inflação da alimentação no domicílio acumulou retração de -1,83% pelo IPCA. Entre os motivos estão: a contração dos preços internacionais, devido à menor demanda dos países que enfrentam inflação e diminuição do nível de atividade, e as políticas internas de abastecimento e agricultura familiar. Esse alívio por parte dos preços, o aumento do valor pago no Programa Mais Bolsa Família e a ampliação de quase 9% do salário mínimo elevaram o poder aquisitivo das famílias brasileiras e garantiram a elas maior acesso aos alimentos. A Pesquisa da Cesta Básica de Alimentos, do DIEESE, indicou que, até novembro de 2023, o custo do conjunto de alimentos básicos diminuiu nas 17 capitais onde o levantamento é realizado, com taxas entre -9,33%, em Campo Grande, e -0,67%, em Belém.

Para 2024, a expectativa dos agentes é de que a inflação permaneça dentro da meta, em torno de 3,93%, e não há indícios de pressão inflacionária. Em virtude da instabilidade climática do planeta, podem ser esperados choques de oferta em determinadas regiões, para alguns produtos. Pode haver também aumento da demanda internacional por algum

⁴ A meta para 2023 é de 3,25%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima e para baixo, isto é, entre 1,75% e 4,75%. %. Conforme o Boletim Focus, do Banco Central, de 04/12/2023, a expectativa é que o IPCA acumule crescimento de 4,54% em 2023, portanto, dentro do intervalo de tolerância.



item específico, como no caso do arroz⁵. Outro temor é que o prolongamento do conflito no Oriente Médio e o envolvimento do Irã possam elevar o preço do barril do petróleo.

Espera-se ainda a consolidação de algumas políticas importantes, como as de incentivo à agricultura familiar, os investimentos nas safras do próximo ano, a retomada da política nacional de abastecimento pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o aumento da produção de petróleo.

Mercado de trabalho

Os principais indicadores do mercado de trabalho continuam a melhorar, como a diminuição da desocupação e do desalento, a ampliação da ocupação, especialmente do emprego com carteira assinada, e a elevação da renda.

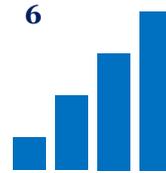
A taxa de desocupação foi de 7,7% no 3º trimestre de 2023, configurando o melhor resultado para o trimestre desde 2014, quando ficou em 6,9%. Ainda assim, o número de desempregados foi estimado em 8,3 milhões de pessoas.

O número de trabalhadores com carteira assinada teve acréscimo de 3,0%, cerca de 1,1 milhão de pessoas, nos últimos quatro trimestres. Apesar disso, a taxa de informalidade, embora tenha apresentado ligeira redução no período, continua alta, em 39,1%.

O rendimento médio do trabalhador ocupado foi estimado em R\$ 2.982 ao mês, o que representou elevação de 4,2% em relação ao terceiro trimestre do ano passado. Isso se deve, em parte, ao aumento do emprego com carteira que, em geral, tem rendimentos maiores.

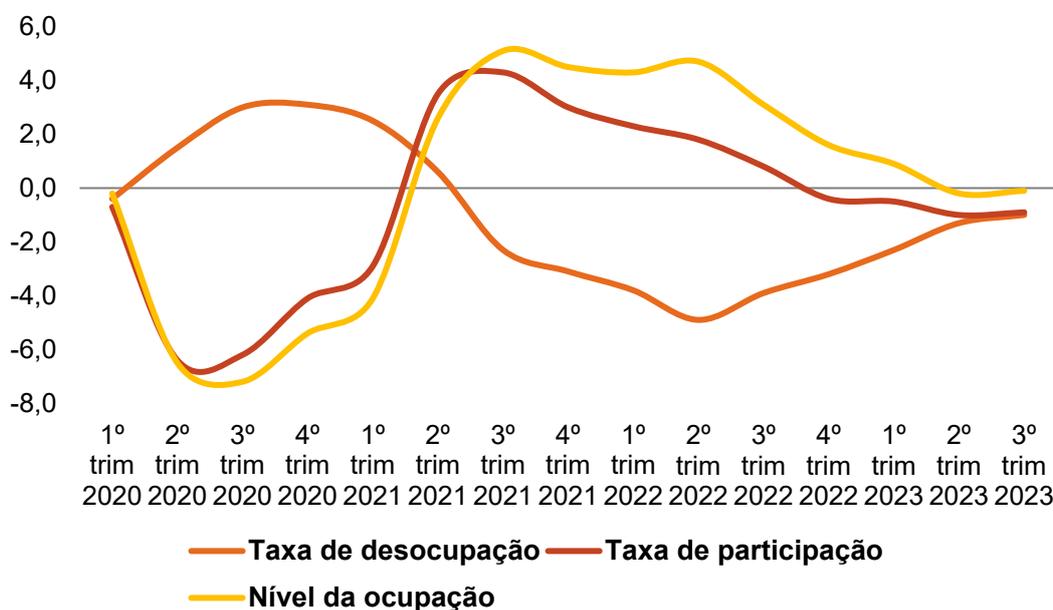
Contudo, há sinais de desaceleração dessa melhora do mercado de trabalho. A taxa de desocupação diminuiu 1,0 ponto percentual entre o 3º trimestre de 2022 e o de 2023, inferior a 1,3 p.p. observado no trimestre anterior, também nessa base de comparação. Ou seja, a taxa de desocupação tem diminuído em ritmo cada vez menor desde o segundo semestre de 2022.

⁵ O arroz é base de alimentação de muitos países. Índia, o maior exportador de arroz do mundo, proibiu as exportações de arroz branco não-basmati em uma tentativa de acalmar os preços internos em alta. Desde então, o volume exportado pelo Brasil cresceu, reduzindo a oferta interna e elevando os preços no varejo.



Isso parece ser decorrência da desaceleração da abertura de novos postos de trabalho. O número de ocupados, que chegou a se elevar em quase 9 milhões no segundo trimestre de 2022, na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, aumentou em 569 mil pessoas no segundo trimestre de 2023, nessa mesma base de comparação. O nível da ocupação, isto é, a parcela de pessoas de 14 anos ou mais de idade que estava ocupada, teve pequena redução no terceiro trimestre de 2023, assim como no trimestre anterior, na comparação interanual.

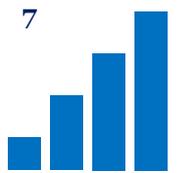
Varição em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (em pontos percentuais)



Fonte: IBGE. Pnad Contínua

Outro aspecto que vale notar é que o desalento (pessoas que gostariam de trabalhar, mas não realizaram procura efetiva por trabalho) não tem crescido de forma relevante. Ou seja, embora a abertura de novos postos de trabalho ocorra em ritmo cada vez mais lento, também não há crescimento da procura por trabalho, o que configura um cenário, de certa forma, com tendência à semiestagnação. Em resumo, há, no final de 2023, um mercado de trabalho que perde o dinamismo virtuoso da alta da ocupação e queda da desocupação.

E vale lembrar que ainda há um contingente grande de pessoas desocupadas. Além disso, é preciso melhorar a qualidade do trabalho no Brasil.



O Indicador da Condição do Trabalho (ICT-DIEESE)⁶ tem, de fato, se elevado, com a queda da desocupação e melhora recente do rendimento do trabalho. Contudo, a qualidade da inserção ocupacional continua em patamar baixo, principalmente quando a comparação é feita com período anterior a 2017. Isso decorre ainda da proporção baixa de trabalhadores protegidos pela legislação trabalhista e previdenciária.

O governo federal tem tentado dar passos importantes rumo à melhora desse cenário, com a regulamentação do trabalho por aplicativos (que deve ficar para 2024) e da valorização dos sindicatos e da negociação coletiva (como a necessidade de convenção coletiva para o trabalho no comércio nos feriados)⁷.

Os desafios no mercado de trabalho, portanto, são muitos para o próximo ano. Além dessas questões mais estruturais da qualidade do trabalho, uma possível desaceleração da economia brasileira pode causar reflexos negativos na criação de postos de trabalho. Assim, a redução da taxa de juros pelo Banco Central e a retomada consistente do investimento público, dando tração ao investimento privado, são fundamentais para diminuir ainda mais o desemprego.

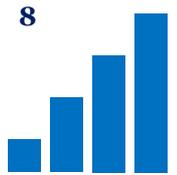
Negociações coletivas e greves

De um total de 15.822 negociações coletivas desde o início de 2023, incluindo as negociações de outubro, o percentual de resultados acima da inflação é de 78,3%. Reajustes iguais ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE) totalizam 16,4%; e abaixo desse índice equivalem a 5,4%. A variação real média no ano, até o momento, é de 1,13% acima do INPC. Segundo os setores econômicos analisados, a indústria segue com os melhores resultados: os ganhos reais estão presentes em 83,1% das negociações. Em seguida, vem o setor de serviços, com reajustes acima do índice inflacionário em 80,3% dos casos, e, por último, o comércio, com 57,9% de negociações com ganhos reais.

Os dados mostram que os setores organizados tiveram a capacidade de melhorar as condições salariais em 2023. E essa tendência positiva deve se manter em 2024, principalmente porque a política do salário mínimo vai puxar para cima os pisos negociados pelas categorias profissionais. Ademais, o ambiente democrático possibilita que se avance

⁶ <https://www.dieese.org.br/analiseict/2023/102023analiseict.html>

⁷ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-11/trabalho-em-comercio-em-feriados-passa-exigir-convencao-coletiva>

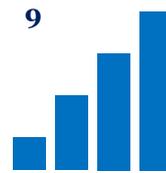


em cláusulas que objetivam melhoria das condições de trabalho e de igualdade de gênero e raça. Ainda, em agosto de 2023, o governo brasileiro criou o Grupo de Trabalho Interministerial, com vistas a regulamentar a negociação das relações de trabalho na administração pública, no âmbito da Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que deve trazer outras condições para as negociações na esfera pública.

Também em 2024 será necessário continuar o debate sobre parcela expressiva de trabalhadores mais fragilizados: os terceirizados, os trabalhadores por aplicativos, os assalariados sem carteira e os autônomos ligados a uma única empresa. Em 2023, muitos deles se organizaram e fizeram paralisações com o objetivo de conseguir o pagamento de salário atrasado, além de melhores condições de trabalho e de segurança.

Os dados de greves consolidados referentes ao 1º semestre de 2023 mostram que houve 558 mobilizações que, do ponto de vista das reivindicações, desenvolveram-se segundo três momentos distintos: inicialmente, em janeiro e fevereiro, predomina, na esfera privada, a reivindicação pelo pagamento de salários em atraso; depois, em março, profissionais docentes do funcionalismo público mobilizam-se pelo pagamento do reajuste do piso salarial; e, por fim, a partir de abril, é o funcionalismo público, em sentido amplo, que passa a promover paralisações e greves pelo pagamento de reajustes salariais com reposição da inflação acumulada.

Das 558 greves, 323 ocorreram entre os trabalhadores do setor público, 209 entre aqueles da esfera privada e 16 entre funcionários de empresas estatais (10 mobilizações foram deflagradas conjuntamente por trabalhadores da esfera pública e privada). Os motivos mais frequentes foram: aumento salarial, implantação de piso salarial por categoria, alimentação (tiquetes e cesta básica) e pagamento de salários em atraso. Espera-se que, em 2024, a tendência seja de maior número de paralisações com vistas a melhorar as condições de trabalho e salário dos trabalhadores fragilizados na esfera privada e pública.



Referências bibliográficas

BANCO CENTRAL. **Estatísticas do setor externo**. Brasília, DF. 04 dez. 2023. (Nota à Imprensa). Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticassetorexterno>. Acesso em 11 dez. 2023.

IBGE. PIB varia 0,1% no 3º trimestre de 2023. **Agência de Notícias**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/38535-pib-varia-0-1-no-3-trimestre-de-2023#:~:text=O%20acumulado%20do%20ano%20foi,ao%20mesmo%20per%C3%Adodo%20de%202022.&t ext=Em%20valores%20correntes%2C%20o%20PIB.sobre%20Produtos%20I%C3%Adquidos%20de%20Subs %C3%Addios.>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

DIEESE. **Balanco das greves do primeiro semestre de 2023**. São Paulo: DIEESE, 2023. Estudos e Pesquisas, 108, agosto de 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2023/estPesq108Greves.pdf>

DIEESE. Cesta Básica. **Novembro: custo da cesta básica é maior em nove capitais**. Nota a imprensa, 06 de dezembro de 2023. Disponível em <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2023/202311cestabasica.pdf> Acesso em: 17 nov. 2023.

DIEESE. **ICT-DIEESE**, 2º trimestre de 2023. São Paulo, n. 10. 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseict/2023/102023analiselct.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2023.

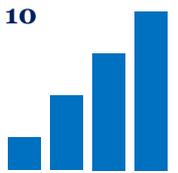
DIEESE. Os reajustes salariais de outubro de 2023. **Boletim De olho nas negociações**, out, 2023. Disponível em <https://www.dieese.org.br/boletimnegociacao/2023/boletimnegociacao38.pdf> Acesso em: 17 nov. 2023.

DIEESE. **PLP 93/2023**: novo arcabouço fiscal. São Paulo: DIEESE, jun. 2023. (Nota Técnica, 273). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2023/notaTec273Arcabouco/index.html?page=1>. Acesso em: 11 dez. 2023.

MÁXIMO, Welton. Trabalho no comércio no feriado passa a exigir convenção coletiva. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 15 no. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-11/trabalho-em-comercio-em-feriados-passa-exigir-convencao-coletiva>. Acesso em: 17 nov. 2023.

RELATÓRIO do Tesouro Nacional, 2º quadrimestre. Brasília, DF. 2023.. Disponível em < <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2023/outubro/governo-central-registra-superavit-primario-de-r-11-55-bilhoes-em-setembro> >, acesso em 17 de novembro de 2023.

SENADO FEDERAL. Aprovada tributação de fundos exclusivos e 'offshores'; texto vai à sanção. **Agência Senado**, Brasília, DF, 29 nov. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/11/29/aprovada-tributacao-de-fundos-exclusivos-e-offshores-texto-vai-a-sancao>. Acesso em: 30 nov. 2023.



Escritório Nacional

Rua Aurora, 957, Centro, São Paulo, SP
CEP 01209-001
Tel.: 11 3874-5366 – 11 3821-2199
www.dieese.org.br

Direção Executiva

Presidente - Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

Vice-presidente - José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP

Secretário Nacional - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo - Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo – José Carlos Santos Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo – Gabriel Cesar Anselmo Soares

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretora Executiva - Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva - Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva - Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo – Claudionor Vieira do Nascimento

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo - Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretora Executiva - Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Diretor Executivo – Carlos Andreu Ortiz

CNTM – Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos

Direção Técnica

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Victor Pagani – Diretor Adjunto

Eliana Elias – Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Direção Técnica

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Victor Pagani Diretor Adjunto

Eliana Elias – Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Equipe Responsável

Patrícia Costa

César Andaku

José Álvaro Cardoso

Luís Ribeiro

Rafael Durlo

Ricardo Tamashiro

Rodrigo Linhares

Thomaz Ferreira Jensen

Geni Marques (revisão)

